

**CARTA DO MOVIMENTO EM DEFESA DO CAP
CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ**

Maringá, 7 de junho de 2022

Bom dia a todos

Somos um coletivo de mães, pais e demais responsáveis por alunos do Colégio de Aplicação Pedagógica - CAP/UEM, que resolvemos nos unir para discutirmos os problemas da escola, alguns dos quais tornam insustentável a manutenção das atividades e tem prejudicado muito a educação de nossos filhos. Estamos em busca de soluções e melhorias para a escola. Somos, além de responsáveis pela educação das crianças, cidadãos desta cidade e deste estado, e estamos buscando apoio da comunidade, e de vossas senhorias para que o direito à uma educação pública de qualidade para todos seja garantido.

Neste momento enfrentamos com muita apreensão a falta de funcionários para execução de funções básicas de limpeza, manutenção e secretaria. E o maior problema que identificamos está relacionado à terceirização, que tem sido imposta às escolas desde 2020, quando o governo extinguiu as funções de agentes educacionais I e II. Com isso, deixou de contratar servidores de forma direta e passou a realizar licitações para que empresas terceirizadas fizessem os contratos. Esse processo tem sido extremamente prejudicial para as escolas e para os próprios trabalhadores, como também queremos aqui relatar.

Atual situação

Sobre o CAP, hoje o colégio tem mais de 1000 alunos, atendendo turmas do 1º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. O colégio possui uma estrutura enorme e importante de ser preservada e bem utilizada. Mas o governo calcula que seriam necessários apenas 8 trabalhadores de serviços gerais, o que é absolutamente insuficiente.

No entanto, atualmente nem mesmo os parâmetros defasados do governo têm sido cumpridos. Hoje a escola conta com apenas 3 funcionárias para limpeza, duas para cozinha e uma inspetora de alunos. Alguém aqui imagina ser possível cuidar da escola com essa quantidade de trabalhadores? Eu pergunto: para limpar esta casa de leis, quantos trabalhadores fazem o serviço? Por que na escola não temos as mesmas estruturas?

Indignados com a situação, fizemos discussões em grupo, organizamos panfletos, abaixo assinado com os pais e levamos denúncias ao Ministério Público. Estamos desde março organizados.

Em 26 de maio, o Núcleo Regional de Educação de Maringá respondeu uma dessas denúncias ao Ministério Público afirmando que uma nova empresa terceirizada havia sido contratada e que havia a previsão de 10 dias para que todos os funcionários estivessem na escola. Mais uma vez, pura ilusão! Hoje já se completam 11 dias da resposta do Núcleo e a situação continua praticamente a mesma.

Atribuímos esse problema, em grande medida, ao próprio processo de terceirização dos agentes educacionais. Os salários oferecidos, com os descontos, são menos de um salário mínimo, o que achamos um verdadeiro abuso! A empresa vencedora da licitação também não possui estrutura na cidade de Maringá, e acabam deixando os processos de seleção dos trabalhadores nas mãos dos diretores das escolas, sobrecarregando-os ainda mais.

Baixos salários, vínculos empregatícios extremamente frágeis, sobrecarga no trabalho devido ao excesso de tarefas e falta de funcionários... Essa situação leva a uma alta rotatividade e também ao adoecimento dos trabalhadores.

Não é esta a escola que queremos. Não são essas as condições que queremos para os nossos filhos

Vínculos comunitários

Mas então, qual escola queremos? Em primeiro lugar, é importante falarmos que os problemas não são apenas os salários baixos. A própria lógica da terceirização cria um afastamento dos trabalhadores da comunidade escolar. Nós entendemos que todos fazem parte da comunidade e estão envolvidos com o processo educacional. Todos nós aprendemos a partir das (e com as) relações humanas. Essas formas de contrato têm impedido a criação de vínculos comunitários, e acabam reproduzindo, no ambiente escolar, relações pessoais baseadas na exploração do trabalho e na alienação. Não é isso que queremos para as escolas. Lá não somos patrões de ninguém, nem os funcionários são nossos empregados! Lá queremos construir uma escola com um senso comunitário!

A cozinheira, por exemplo, ao preparar as refeições dos estudantes, não está servindo um patrão que está lhe pagando para isso! Ela está pensando com todo zelo e carinho na alimentação das crianças. Se estiverem em mais trabalhadoras, com melhores salários, e com um vínculo efetivo com a escola, certamente poderão fazer isso com ainda mais qualidade, participando de forma mais ativa da educação dos estudantes. Nesta situação, cozinhar deixa de ser uma prestação de serviço e passa a ser um vínculo de cuidado comunitário e coletivo, que é o que desejamos para nossas escolas.

Mas isso só pode ser feito se houver trabalhadores suficientes e em condições de pensar nessas relações comunitárias. O mesmo deve ocorrer com servidores da limpeza, da secretaria, da coordenação. Todos dentro da escola merecem respeito, e isso passa por terem estabilidade no emprego, condições de trabalho e um salário digno. Por isso rejeitamos o processo de terceirização.

Outros problemas estruturais

Para além da problemática mais emergente, que é a falta de funcionários, que ameaça o próprio funcionamento, apresentamos problemas relacionados à própria estrutura da escola, que precisa de manutenção. Há diversas infiltrações, rachaduras, goteiras, banheiros inutilizáveis, bebedouros quebrados, parquinho das crianças degradado, falta de materiais esportivos, entre outros. O ar condicionado para as salas está prometido há anos pela própria administração da UEM, mas que hoje se esquivava alegando não ter recursos para instalá-los.

A escola possui poucos recursos financeiros. O valor repassado pelo Estado para essas manutenções e compras de itens básicos considera o “incrível” valor de 5 reais por aluno ao mês, totalizando um orçamento mensal de cerca de 5 mil reais para atender os mais de 1000 alunos. No ano, esse valor não passa de 60 mil reais. Para efeito de comparação, trago como exemplo o orçamento desta casa de leis. Aqui, apenas o orçamento de material de consumo para o ano é de 348 mil reais, cerca de 6 vezes o orçamento do CAP para este fim. Este simples exemplo já nos dá a dimensão do quão defasado está o orçamento das escolas e, portanto, o quão precarizada ficam suas estruturas.

Tais problemas precisam de atenção, e com certeza nossas crianças não precisariam ser expostas a tais situações caso houvessem mais dedicação e cuidado com a educação pública. Nossa educação precisa ser prioridade. E quando falamos sobre educação, remetemos aos conceitos sobre não somente à educação em si, como também ao ambiente que as cercam, que operam juntos nessa função.

Para isso, convidamos também toda sociedade, principalmente aqueles diretamente envolvidos com a educação pública, incluindo pais, mães, professores, para que se organizem nas associações de pais e mestres em suas escolas, para discutir os problemas e como enfrentá-los. Nós, do grupo “Em defesa do CAP”, estamos à disposição para juntos organizarmos um movimento em defesa de uma educação pública de qualidade para todos.

Mais uma vez, enfatizamos: estamos todos inseridos na mesma sociedade, onde o problema de um reflete no próximo, e precisamos nos ajudar e cuidarmos uns dos outros como indivíduos iguais.

Compromisso dos Vereadores

Diante das situações apontadas anteriormente, nós, como cidadãos maringaenses, precisamos contar com todas as ferramentas disponíveis. Contar com o apoio dos vereadores desta cidade é contar com seus posicionamentos publicamente e também com a expansão do nosso apelo para esferas maiores e além de seus partidos, uma vez que julgamos que nossos vereadores também podem ser os porta-vozes da nossa sociedade, independente da esfera responsável pelo problema social apontado.

Gostaríamos de contar a sua compreensão e com seus compromissos, por meio de manifestações públicas, apontando todos os problemas referentes à extinção dos cargos de agentes educacionais e outras funções operacionais nas escolas e universidades. Obviamente para a nossa educação, esta lei não somente não deu certo, como tem deixado nossas escolas vulneráveis. Uma vez instalada, os valores, antes destinados para estas funções, foram rateadas pela terceirização. Ademais, o Estado não parece estar preocupado com o cumprimento das contratações, uma vez que encontramos similaridade em várias escolas públicas.

Precisamos também de posicionamentos mais firmes em relação à ampliação dos investimentos e orçamentos para as escolas, que como demonstramos, é completamente insuficiente. As escolas não podem sobreviver com tamanho descaso. Acreditamos que apenas por meio da efetiva valorização da educação poderemos construir uma sociedade mais justa e menos desigual.

Agradecimentos

Agradecemos a vereadora Profa. Ana Lucia, pelo convite para expormos nosso movimento em prol do CAP e da educação, a todos os vereadores pelo espaço, e esperamos contar com o apoio e com as denúncias de todos vocês.

